

Em 15 de 08 de 01
Assessoria de Plenário

MENSAGEM
Nº 398 / 2001-GAG

Brasília, 31 de julho de 2001.

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida à CAF e CNJ.
Em 15 de 08 de 01.

Senhor Presidente,

Flamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenário

Estando o Governo do Distrito Federal ultimando esforços para a aprovação dos projetos urbanísticos referentes aos parcelamentos do solo sob a forma de "condomínios", torna-se necessário o encaminhamento de Projeto de Lei Complementar a essa Augusta Câmara Distrital, com apoio na Lei Federal n.º 9.785/99, em seu artigo 4º, parágrafo 1º, que altera a Lei n.º 6.766/79, objetivando fixar, previamente, índices de ocupação e uso do solo que subsidiem a regularização fundiária nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal.

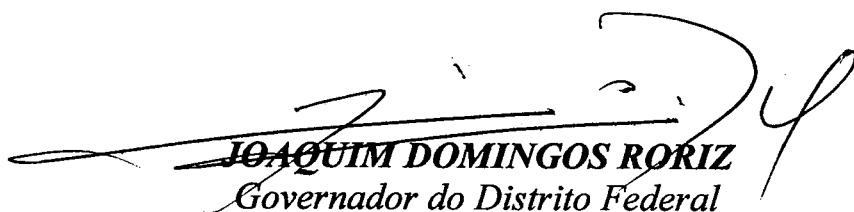
O Projeto de Lei ora apresentado define critérios, após estudos técnicos elaborados pela Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e demais órgãos a que estão afetos a regularização fundiária, no parcelamento denominado Condomínio Residencial Vila Verde, processo n.º 134.001.089/91, localizado na Região Administrativa de Sobradinho – RA V, com os índices de ocupação e uso do solo estabelecidos para o Setor Habitacional Contagem, definidos pela Lei Complementar n.º 218, de 07 de junho de 1999 e Lei Complementar n.º 056, de dezembro de 1997.

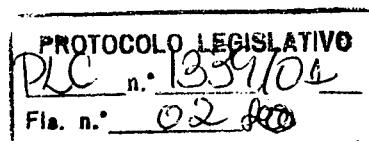
A Sua Excelência o Senhor
Deputado **GIM ARGELLO**
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

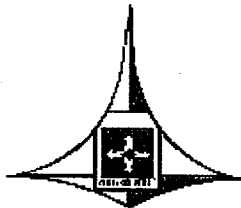
PROTOCOLO LEGISLATIVO
PLC n.º 1339/01
Fls. n.º 02

Em conseqüência, atento ao disposto na nossa Carta Magna e aos dispositivos constantes do artigo 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal, que determinou como objetivos prioritários a preservação dos interesses gerais e coletivos, a promoção do bem de todos visando “proporcionar aos habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, a justiça social e o bem comum”, esperamos que essa Augusta Casa Legislativa, em regime de urgência, nos termos do artigo 73 da referida Lei, defina os usos e índices urbanísticos do parcelamento citado, na forma prevista no Projeto de Lei Complementar ora encaminhado.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência e aos demais pares os protestos de elevada estima e distinta consideração.


JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º **PLC 1339 /2001** DE JULHO DE 2001

Estabelece índices de ocupação e uso do solo para fins de aprovação de parcelamento do solo urbano, denominado “Condomínio Residencial Villa Verde”, inserido no Setor Habitacional Contagem, localizado na Região Administrativa de Sobradinho - RA V, conforme estabelece a Lei n.º 9.785/99, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, Decreta:

Art. 1º - Nos termos e para fins do que estabelece o parágrafo 1º inciso I, Art. 4º da Lei n.º 9.785/99, que altera a Lei n.º 6.766/79, ficam aprovados os índices de ocupação e uso do solo para o parcelamento denominado “Condomínio Residencial Villa Verde”, processo de regularização n.º 134.001.089/91, inserido no Setor Habitacional Contagem, localizado na Região Administrativa de Sobradinho – RA V.

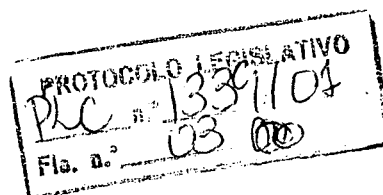
Art. 2º - O Setor Habitacional Contagem definido pela Lei Complementar n.º 218, de 07 de junho de 1999, encontra-se compreendido na Subzona Habitacional 5 (SZH – 5), e na Subzona Habitacional 6, SZH 6-b, definidas pela Lei Complementar n.º 56, de 30 de dezembro de 1997, Plano Diretor Local de Sobradinho.

Art. 3º - Os usos permitidos no parcelamento são:

- I – Residencial: unifamiliar e coletivo
- II – Comercial: varejista e prestação de serviços, e;
- III – Institucional ou Comunitário de abrangência regional.

Art. 4º - Os projetos Urbanísticos do parcelamento serão aprovados pelo Poder Executivo, obedecidos os índices de ocupação e uso do solo estabelecido pela Lei Complementar n.º 56/97, para as Subzonas Habitacionais 5 (SZH-5), e Subzona Habitacional 6 (SZH 6-b).

- I – densidade bruta máxima de cem habitantes por hectare;
- II – lotes residenciais unifamiliares de, no mínimo, quinhentos metros quadrados;
- III – lotes residenciais unifamiliares, coeficiente de aproveitamento máximo igual 2,0 (duas) vezes a área do lote;
- IV – lotes residenciais unifamiliares, taxa máxima de permeabilidade de 30% da área do lote;



3

V – lotes residenciais coletivos, coeficiente de aproveitamento máximo igual a 7,0 (sete) vezes a área do lote;

VI - lotes residenciais coletivos, taxa máxima de ocupação de 100% da área do lote;

VII – lotes residenciais coletivos, altura máxima da edificação de 23 (vinte e três) metros, sendo, pilotis mais seis pavimentos;

VIII – lotes para comércio e prestação de serviços, coeficiente de aproveitamento máximo igual a 2.0 (duas) vezes a área do lote;

IX – lotes destinados ao uso institucional e aos equipamentos públicos comunitários, dimensionados de acordo com a legislação pertinente;

X – O percentual das áreas públicas destinadas a implantação de equipamentos públicos comunitários, aos espaços livres de uso público e ao sistema de circulação, não poderão ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da área do parcelamento.

§ 1º - Os lotes consolidados, onde foram executadas edificações em desacordo com os índices de ocupação e uso do solo estabelecido por esta Lei, até a data de sua publicação, serão objeto de análise e aprovação específica.

§ 2º - Por encontrar-se consolidado, o percentual de 35% destinado à área pública somente será cumprido em relação à área total do Setor.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

